



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA, FILIPE JACINTO NYUSI,
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DA
ABERTURA DA ASSEMBLEIA PARITÁRIA ACP-EU**

MAPUTO, 31 DE OUTUBRO DE 2022

Senhora Presidente da Assembleia da República de Moçambique;

Senhor Primeiro-Ministro;

Veneranda Presidente do Conselho Constitucional;

Senhor Co-Presidente da Assembleia Paritária África, Caraíbas e Pacífico-União Europeia pela Organização dos Estados da África, Caraíbas e Pacífico;

Senhor Co-Presidente da Assembleia Parlamentar Paritária da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico-União Europeia pelo Parlamento Europeu;

Senhores Membros da Comissão Permanente da Assembleia da República;

Digníssima Procuradora Geral da República;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Senhores Deputados;

Senhores Ministros e Vice-Ministros;

Senhor Secretário de Estado na Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Senhores Membros do Corpo Diplomático Acreditados em Moçambique;

Ilustres Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

É com elevada honra e privilégio que me dirijo a esta augusta Assembleia que reúne deputados, dignos representantes dos povos de países de África, Caraíbas, Pacífico mais conhecida por ACP e da União Europeia, desejando boas vindas à Moçambique.

A ACP-União Europeia é uma das mais importantes plataformas de cooperação multilateral em vários domínios, tais como a promoção da paz e segurança, democracia, multilateralismo,

direitos humanos, comércio, investimentos, boas práticas ambientais, desenvolvimento económico e social.

Regozijámo-nos pela realização em solo pátrio de dois eventos de dimensão mundial, nomeadamente, a sexagésima primeira Sessão da Assembleia Parlamentar da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico, bem como esta quadragésima segunda Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária da ACP-União Europeia. Por isso, em nome de todos os Moçambicanos, do Governo e no meu próprio, endereço a Vossas Excelências os nossos agradecimentos por fazerem de Maputo a sede parlamentar da ACP-União Europeia.

Digníssimos Deputados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Os países da África, Caraíbas e Pacífico e da União Europeia formam hoje um dos mais importantes blocos de cooperação multilateral com um longo percurso, pontuado pelas dinâmicas históricas dos últimos 65 anos.

Este percurso, que iniciou com a criação da Comunidade Económica Europeia em 1957, através do Tratado de Roma, definiu como um dos seus objectivos contribuir para o desenvolvimento dos territórios sob seu controlo na África, nas Caraíbas e no Pacífico, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento.

Um marco importante nesta caminhada foi a adopção do Acordo de Georgetown em 1975, que formalizou o grupo dos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) que se foi alargando com a adesão de mais estados, englobando actualmente 79 estados membros com uma população de cerca de 900 milhões de habitantes.

Desde o primeiro acordo de parceria de 1963, assinado em Yaoundé, Camarões, passando pelas quatro Convenções de Lomé, nos anos 1970, até ao último acordo de Cotonou de 2000, a parceria ACP-União Europeia tem vindo a afirmar-se como a maior plataforma de cooperação multilateral para o desenvolvimento do mundo.

A nossa cooperação evoluiu de uma relação desigual no contexto do sistema colonial para a actual fase de genuína parceria entre povos e Estados soberanos, alicerçada no respeito mútuo e na reciprocidade de benefícios.

A experiência de implementação das reformas políticas e económicas nos países em desenvolvimento tem demonstrado a necessidade de parcerias inteligentes, assentes no reforço do diálogo político construtivo para maximizar os benefícios da cooperação entre os membros.

Na verdade, vários são os exemplos de como a imposição unilateral de políticas pode comprometer os objectivos de redução da pobreza e da criação de um mundo melhor, em que ninguém é deixado para trás.

Por exemplo, aqui em Moçambique, um estudo de 2002, intitulado *“When Economic Reform Goes Wrong: Cashew in Mozambique”*, de Margaret MacMillan, Dani Rodrik e Karen Welch revelou claramente como a liberalização do sector do caju, imposta pelo Banco Mundial, nos anos 1990, levou ao colapso da indústria de processamento do caju em Moçambique.

Como consequência dessa política imposta, os produtores sentiram a depreciação da sua renda familiar e milhares de trabalhadores perderam seus postos de emprego, caindo na condição de pobreza.

Apesar dos pedidos de desculpas que o Banco Mundial apresentou ao nosso país na altura, hoje quase trinta anos depois, os impactos negativos dessa política ainda se fazem na vida de muitas famílias moçambicanas.

Senhores Deputados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Tanto em Moçambique, como nos demais países da ACP-União Europeia é grande a expectativa dos cidadãos quanto aos resultados das duas sessões parlamentares que se realizam em Maputo.

Durante as sessões, terão oportunidade de reforçar os laços de trabalho e a visão comum de um desenvolvimento partilhado, numa conjuntura global marcada por grandes desafios.

Esta quadragésima segunda Sessão da Assembleia Paritária da ACP-União Europeia realiza-se num momento particularmente importante nas vésperas da Conferência das Nações sobre Mudanças Climáticas, COP27, que inicia esta semana, em Sharm-el-Sheik, no Egipto.

Reconhecemos e apreciamos o facto de a Assembleia Parlamentar Paritária da ACP-União Europeia ter colocado no topo da agenda desta sessão a discussão sobre os desafios globais da cooperação para adaptação e mitigação das mudanças climáticas, para além das matérias relacionadas com o combate contra o terrorismo na África Sub-sahariana.

No que se refere ao terrorismo, Moçambique enfrenta esta ameaça desde 2017, em alguns distritos da Província de Cabo Delgado, com tendência de atingir algumas zonas das províncias vizinhas de Niassa e Nampula.

Em cinco anos, mais de duas mil pessoas foram barbaramente assassinadas pelos terroristas, milhares de famílias tiveram de abandonar as suas zonas de residência, diversas infra-estruturas públicas e privadas foram destruídas e algumas empresas viram-se obrigadas a suspender suas actividades nos projectos de gás na Bacia do Rovuma.

Com o objectivo de restaurar a paz e tranquilidade, as nossas Forças de Defesa e Segurança têm levado a cabo acções combativas contra os grupos terroristas, contando inicialmente com o apoio da força do país irmão, o Rwanda e, mais tarde, com os países membros da SADC.

Como resultado das acções destas forças com a colaboração das comunidades locais, os terroristas têm perdido terreno, permitindo a reposição dos serviços básicos, a retoma das actividades das instituições públicas e o regresso paulatino das populações às suas zonas de origem.

Neste combate ao terrorismo, um inimigo global, a União Europeia tem sido um parceiro estratégico no reforço da capacidade operativa das nossas Forças de Defesa e Segurança, sobretudo, na área da formação, bem como nas acções de reconstrução através do Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado da Zona Norte (PREDIN).

Quero, por isso, aproveitar esta ocasião especial para reiterar o agradecimento dos moçambicanos e do nosso Governo na esperança de:

- (i) continuarmos a contar com o prestimoso apoio da União Europeia na eliminação do terrorismo;
- (ii) o nosso desejo para que o apoio anunciado para a força da SADC/SAMIM, fosse extensivo ao país irmão do Ruanda, pois a sua contribuição é visível com os resultados de grande impacto no terreno;
- (iii) que o apoio a Moçambique não se limitasse apenas ao não letal, dada a necessidade de robustecer as Forças de Defesa e Segurança para a sua intervenção combativa.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Ligado ao terrorismo, o mundo enfrenta igualmente a ameaça dos crimes organizados transnacionais, com destaque para o branqueamento de capitais, tráfico de drogas e de armas, entre outros.

Moçambique tem vindo a intensificar medidas operativas, de inteligência e troca de informações com outros países, bem como o reforço do quadro legal e institucional, através da ratificação pelo Parlamento de convenções e protocolos de âmbito regional e internacional.

Neste contexto, o nosso Governo aprovou e está a implementar a estratégia contra o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, ao mesmo tempo que a Assembleia da República aprovou a Lei de Revisão da Lei de Branqueamento de Capitais, Lei de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição Massiva, entre outros instrumentos legais.

Continuamos determinados e comprometidos no reforço da integridade do sistema financeiro nacional e internacional, à luz das recomendações da Força de Trabalho da Acção Financeira e do Grupo Contra o Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

No que tange às mudanças climáticas, Moçambique tem sido abalado, ciclicamente, por fenómenos extremos, sobretudo, ciclones, tempestades e cheias, dada a sua localização na zona de confluência intertropical na costa oriental de África.

Depois das grandes cheias de 2000, nos últimos anos, Moçambique foi fustigado por ciclones de grandes proporções, com destaque para o Idai, Kenneth, Dineu, Guambe, por várias tempestades e inundações que causaram várias vítimas e destruição de infra-estruturas, retardando os esforços dos moçambicanos no desenvolvimento do país.

Neste sentido, à semelhança dos pequenos Estados insulares, esperamos que no quadro da cooperação do grupo ACP-União da Europeia, Moçambique possa merecer uma atenção especial no reforço da resiliência nacional para fazer face aos efeitos catastróficos das mudanças climáticas e dos desastres naturais.

Na nossa qualidade de Campeão da União Africana na Gestão do Risco de Desastres, exortamos aos parlamentares dos países da ACP-União Europeia para que coloquem a agenda climática e a conservação da natureza no centro das atenções.

Saudamos a nossa Assembleia da República por ter criado um Fórum Parlamentar para a Conservação da Natureza com o fim de engajar os deputados na liderança das acções de preservação da biodiversidade e do ambiente em geral.

Saudamos a União Europeia e seus estados membros que têm demonstrado, com acções, o seu compromisso no financiamento dos esforços de adaptação e mitigação do risco de desastres, decorrentes das mudanças climáticas.

É fundamental que seja garantido aos países da ACP, sobretudo os mais vulneráveis aos riscos de desastres naturais o acesso simplificado a recursos financeiros adicionais do Fundo para o Clima Verde, Fundo de Adaptação, Fundo para o Ambiente Mundial, Fundo Especial para as Alterações Climáticas e do Fundo para os Países Menos Desenvolvidos.

Dignos Deputados!

Moçambique manifesta a sua profunda satisfação pela eleição a Presidente da Assembleia Parlamentar da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico e a Co-Presidente da

Assembleia Paritária, ACP-União Europeia, para um mandato de 2 anos com início em Janeiro de 2023. Esta eleição coincide com o nosso exercício de Membro Não-Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para um mandato de 2 anos também com início em Janeiro de 2023.

Estas duas eleições mostram a confiança que o mundo e os membros da Assembleia Paritária da ACP-União Europeia depositam no nosso país e nos seus pares deputados da Assembleia da República de Moçambique.

Moçambique tudo fará para dar a sua máxima contribuição na condução da agenda colectiva das nações que depositaram a sua confiança em nós.

Termino, desejando boa estadia nesta Pérola do Índico e sucessos nos vossos trabalhos.

Com estas palavras, **tenho a elevada honra de declarar aberta a quadragésima segunda Assembleia Paritária da ACP-União Europeia.**

Muito obrigado.